



MINISTÉRIO DAS MULHERES, DA IGUALDADE RACIAL E DOS DIREITOS HUMANOS

ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ NACIONAL DE PREVENÇÃO À TORTURA

Data: 05 e 06 de maio de 2016, das 9h às 18h.

Local: Secretaria Especial de Direitos Humanos –SCS-B, Quadra 09, Lote C, Ed. Parque Cidade Corporate, Torre A.

Participantes: Conforme anexo I

Pauta: Conforme anexo II

Ausências justificadas:

1. Abertura e Informes

A pauta foi aprovada pelo Plenário com emendas (Anexo II).

O Secretário Nacional de Promoção e Defesa de Direitos Humanos Paulo Maldos realizou uma fala de abertura da reunião na qual tratou da atual conjuntura nacional e das perspectivas de funcionamento do CNPCT. Os representantes da OAB, CUT, GTNM, MEC, MS, RENILA e AMB pronunciaram-se sobre o mesmo tema.

2. Análise do Edital de Chamamento Público para compor o CNPCT

Foi feita a leitura da minuta do Edital e acordou-se por consenso um texto que consta no Anexo III. O Comitê solicitou à CGCT que providencie a publicação do edital com máxima urgência. Acordou-se realizar Reunião Ordinária do Comitê entre os dias 13 e 14/07/2016.

3. Apresentação e aprovação do Relatório Sobre o Sistema Socioeducativo do Ceará

O CNPCT analisou o Relatório Sobre o Sistema Socioeducativo do Ceará e chegou a respeito às seguintes conclusões:

a) O Comitê reconhece que o quadro apresentado pelo Sistema Socioeducativo do Ceará configura um padrão de tortura e tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes, conforme as definições da Convenção Contra a Tortura da ONU.

b) O CNPCT endossa as recomendações da Resolução 71/2015 – Medida Cautelar nº 60-15 da CIDH.

c) O Plenário solicitou ao relator que realize o monitoramento do Inquérito Policial e do Termo de Ajuste de Conduta entre a DPE/CE, MPE/CE e o Governo do Estado do Ceará; e que monitore o cumprimento das recomendações da Resolução

71/2015 – Medida Cautelar nº 60-15 da CIDH. O Comitê Nacional também recomenda ao MNPCT que realize o monitoramento desses temas.

d) O CNPCT endossa a recomendação à Assembleia Legislativa e ao Governo do Estado do Ceará para que institucionalizem via lei o Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura, criem e estruturam o Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura, e fortaleçam a Corregedoria e a Ouvidoria do Sistema Socioeducativo do Estado.

e) O CNPCT endossa a recomendação ao Conselho Estadual de Direitos da Criança e do Adolescente e ao Conselho Estadual de Direitos Humanos para que elaborem calendário de visitas e realizem acompanhamento periódico nas unidades.

4. Recomendação sobre o papel fiscalizatório da Defensoria Pública e demais órgãos de defesa dos direitos dos adolescentes em unidades de internação socioeducativas.

O Plenário do Comitê aprovou por consenso a Recomendação nº 4 (anexa), que dispõe sobre o reconhecimento da legitimidade das Defensorias para atuação no sistema socioeducativo. O CNPCT solicita à SEDH divulgar a recomendação, incluindo mediante envio do seu texto por ofício ao Conselho Nacional de Defensores Públicos Gerais.

5. Informe sobre a estrutura administrativa do CNPCT

A CGCT informa que a estrutura da Secretaria Executiva do CNPCT será englobada por esta Coordenação Geral. O plenário do Comitê registra agradecimento ao trabalho da servidora Renata Studart pelos serviços prestados na condição de Secretária Executiva do CNPCT.

O Comitê Nacional destaca a necessidade de contar com recursos financeiros e de pessoal adequados para cumprir os mandatos que lhe foram atribuídos pela Lei 12.847/2013.

6. Apresentação do Parecer sobre o acompanhamento do caso de tortura envolvendo um Deputado Estadual do Estado de São Paulo pelo CNPCT

O plenário do CNPCT recebeu o Parecer elaborado pelas representantes do IBCCRIM e da ASBRAD. O CNPCT decidiu solicitar às representantes do IBCCRIM e da ASBRAD que mantenham o Plenário informado sobre o caso. O CNPCT solicita à CGCT que envie ofício ao Desembargador João Negrini Júnior, do órgão especial do Tribunal de Justiça de São Paulo informando que o caso está sendo acompanhado pelo Comitê.

7. Apresentação dos resultados preliminares da 12ª Conferência Nacional de Direitos Humanos

A Secretária Executiva do Conselho Nacional de Direitos Humanos, Renata Studart, apresentou resumidamente a 12ª CNDH. Seguiu-se uma discussão preliminar sobre os resultados da 12ª CNDH. Acordou-se retomar a discussão das recomendações aprovadas na Conferência quando as mesmas estiverem publicadas.

8. Apresentação da Recomendação sobre Diretrizes e Orientações para a Criação de CEPCT's e MEPCT's

O representante da Pastoral Carcerária apresentou a proposta de Recomendação sobre Diretrizes e Orientações para a Criação de CEPCT's e MEPCT's. O Plenário do CNPCT tomou conhecimento e submete para Consulta Pública o documento de trabalho que consta em anexo. O Comitê solicita a CGCT que disponibilize o documento de trabalho em seu website para consulta pelo prazo de 30 dias corridos.

9. Apresentação da Sistematização das Recomendações do MNPCT

Os representantes do MNPCT apresentaram o Relatório Anual 2015-2016 lançado na 12ª CNDH. O Plenário do CNPCT parabenizou o trabalho do MNPCT, saudando a importância de sua atuação e do avanço na interlocução do mecanismo com a sociedade civil e na consolidação do SNPCT.

10. Resolução que institui a Comissão Eleitoral do processo de chamamento de entidades da sociedade civil para a composição do CNPCT

Foram indicados os nomes das seguintes pessoas para a Comissão Eleitoral do processo de chamamento de entidades da sociedade civil para a composição do CNPCT: Pedro Henrique de Pinha Cabral Viana pela Secretaria de Políticas para as Mulheres, Raquel Lima de Oliveira e Silva pelo Ministério da Saúde e Shirley da Luz Villela pela ARDM. Acordou-se que as decisões da comissão eleitoral deverão ser tomadas por consenso.

11. Organização dos Trabalhos do CNPCT

Foi definido que a CGCT vai encaminhar para o Comitê levantamento das ações do CNPCT para elaboração do relatório anual. Com base no material compilado pela CGCT, a representante da RENILA irá apresentar na próxima reunião ordinária uma versão preliminar do relatório de atividades do CNPCT referente ao período 2014-2016.

As organizações da sociedade civil dispuseram-se a circular por email seus relatórios e informações complementares sobre a atuação do CNPCT.

A CGCT informou que a União Europeia apresentou uma proposta de missão para uma visita do CNPCT dos dias 13 ao 17/06/2016 a Bruxelas, Estrasburgo e Berlim. Solicitou-se a indicação de quatro membros do CNPCT para a participação na missão. Manifestaram preliminarmente interesse os representantes de RENILA, CUT, OAB, ASBRAD e CFP, que se comprometeram a confirma-lo junto à CGCT até o dia 09/05/2016 (segunda-feira).

O CNPCT decidiu tratar da definição de suas audiências temáticas em sua próxima reunião ordinária.